

## REGISTRO SOCIOLÓGICO E TRAGÉDIA DA CULTURA EM GEORG SIMMEL

Hildemar Luiz Rech

Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH da UNICAMP, SP, e pela Universidade de Manchester, Inglaterra; professor e pesquisador no Departamento de Fundamentos da Educação e no Programa de Pós-graduação em Educação na FACED-UFC de Fortaleza, CE.

### Resumo

*O presente texto aborda aspectos da sociologia de Georg Simmel. Em termos teóricos, o autor estabeleceu o conceito de "sociação", por entender que ele exprime melhor o caráter dinâmico, transitório e inter-relacional da vida social. O que constitui a sociologia como ciência das formas e dos processos de "sociação" é o caráter de efeitos recíprocos e de relações multilaterais na ação social. Por outro lado, os grandes sistemas e organizações supra-individuais, tais como o estado, as estruturas de classes e o mercado, não são, para Simmel, nada mais do que solidificações ou molduras duradouras de forças e entrelaçamentos interativos que ocorrem entre os indivíduos a cada momento de suas vidas. No que se refere à noção de tragédia da cultura, cabe destacar que, segundo Simmel, ela possui uma dupla dimensão. Ela já se encontra, por um lado, na própria estrutura da cultura, junto a seu fundamento, na forma de uma fenda original que nunca se deixa vedar ou fechar jamais. Ou seja, em seu desdobramento, sujeito e objeto compreendem um dualismo básico encerrando lógicas internas distintas e não coincidentes, instaurando uma dinâmica sempre contraditória, incongruente e de não identidade plena entre sujeito e objeto nos processos sociais e históricos. Por outro lado, a tragédia da cultura na modernidade instaura-se, para Simmel, com o desenvolvimento da divisão do trabalho e a liberação das relações monetárias, e, conseqüentemente, com a autonomização de todas as objetivações humanas econômicas, político-institucionais e culturais, ou seja, das produções culturais em sentido amplo, as quais, embora produzidas por seres humanos para servi-los, assumem a partir da sua objetivação uma lógica independente, fetichizada e estranha aos homens.*

Palavras-Chave: Divisão do trabalho; Monetarismo; Alienação e Tragédia da cultura.

**Abstract**

*This article focuses on the sociology of Georg Simmel. In theoretical terms the author established the concept of association (or "sociation"), understanding that it expresses better the dynamic, transitory and inter-relational character of social life. According the author what constitutes the sociology as science of the forms and processes of socialization are the features of reciprocal effects and multilateral relations inherent to the social action. On the other hand, the great supra-individual systems and organizations, such as the state, the class structures and the market, in according to Simmel, represent nothing else that lasting configurations, which involves interactive relations happening amongst the different individuals or persons at every moment of their life. With reference to the notion of "tragedy of culture", it is necessary to emphasize that it has one double dimension. On the one hand the "tragedy of culture" is already present into the structure of culture, encrusted at their foundation, as a form of an original fissure which never can be blocked or closed. It means that in their developing process, subject and object involves one basic dualism, comprising different and not coinciding internal logics. These situation set up one contradictory and incongruous dynamic, which can not to set in motion one complete identity between subject and object, in the social and historical processes. On the other hand, the "tragedy of culture" in the modernity is established, according the author, with the developing of division of labor, the liberation of monetary relations, and consequently with the increasing autonomy of the economic, political, institutional and cultural human objective constructions. In other words, even if the cultural productions on the broad sense are produced of human beings to serve themselves, nevertheless they assume, in objective terms, one independent and fetishistic logical course, strange to mankind.*

Key-Words: Division of labor; Monetarism; Alienation and Tragedy of culture.

## Introdução

A sociologia e as demais ciências sociais, desde o seu surgimento, têm convivido, de forma permanente, com a presença da crise na construção de seu objeto. As diversas disciplinas desse vasto campo de estudos sempre se sustentaram, de forma dinâmica e maleável, sobre um conteúdo central que, porém, jamais apresentou fronteiras seguras. A construção de seu objeto jamais comportou consensos teóricos e metodológicos. Suas construções conceituais, teóricas e paradigmáticas resultaram, ao longo do tempo, em abordagens e interpretações complexas, plurais e divergentes, envolvendo processos de permanente recomposição e redefinição em termos de suas perspectivas de análise e de sua escolha temática.

Ademais, no que se refere à análise da interação entre indivíduo e sociedade; entre ator social, de um lado, e as construções institucionais, as dinâmicas de classes, as regularidades econômico-sociais e as configurações políticas, jurídicas, culturais e históricas, de outro lado, as diferenças e a pluralidade entre as diversas formas de abordagem têm proliferado.

64

A objetividade científica nas ciências sociais tem sido acompanhada, ao longo do tempo, por divergências na leitura da realidade social, pois os enfoques teóricos e metodológicos sempre obedeceram a diferentes orientações, em termos da compreensão e da explicação das formações e configurações sociais e das formas de conflito e de interação social. As próprias ações e relações sociais, enquanto objeto de análise, no contexto da modernidade e da modernidade tardia, compreendem interações e processos sociais sempre contraditórios, acompanhados por traços de incongruência, ambigüidade, contradição, conflito e diferença.

Portanto, independentemente dos modelos teóricos adotados, a lógica interna de articulação e explicação dos conteúdos das ciências sociais não está livre de contradições, equívocos e lacunas – visto que as ações, os fatos e as relações sociais compreendem paradoxos, ambigüidades, imprevisibilidades e contingências.

De acordo com Georg Simmel – que construiu suas análises na virada do século XIX para o XX –, a sociologia, sendo ciência de crises não pode concentrar-se, exclusivamente, em aspectos práticos, empíricos e quantitativos, mas deve dedicar-se com determinação à análise teórica concentrada da situação crítica. Esse autor apresentou

uma visão dinâmica e inter-relacional da vida social, de modo que a racionalidade sistêmica que amarra a trama social não é visualizada como uma realidade estrutural objetiva estática, mecânica e determinista frente ações e relações sociais, mas como arranjo provisório e uma realidade cultural objetiva dinâmica, incidente sobre a racionalidade e a ação cultural subjetiva.

Karl Marx, anteriormente a Simmel, construiu uma matriz teórica e metodológica complexa e desenvolveu uma análise clássica e referencial sobre a lógica contraditória da produção e reprodução capitalista, sobre o fetichismo da mercadoria e sobre os conflitos e as lutas de classes sociais inerentes às formações histórico-sociais balizadas pelo movimento do capital. Émile Durkheim, contemporâneo de Simmel, apresentou uma leitura estrutural-funcionalista sobre a anomia, as patologias sociais, a divisão do trabalho e as condições da “solidariedade social” na sociedade industrial moderna. E Max Weber (utilizando uma análise teórica e metodológica compreensiva), investigou a burocratização institucional e a racionalização das condutas individuais no quadro das formações sociais modernas.

No cerne do debate sociológico, uma questão central que adquiriu crescente relevância, na virada do século XIX ao XX, foi o problema da relação entre indivíduo e sociedade, tendo o conceito de sociedade deixado gradativamente de ser a categoria diretriz unificadora e definidora do objeto da sociologia. Naquela época, a problemática teórica na análise das relações sociais e da ação do indivíduo deslocou-se e transfigurou-se de forma qualitativa, no quadro das leituras sociológicas em geral, o que propiciou o surgimento de uma pluralidade de interpretações. Enquanto autores da vertente marxista, como Georg Lukács, re-lapidaram os conceitos de consciência e luta de classes, Weber adotou como núcleo basilar de seu edifício teórico a categoria de ação social, Durkheim utilizou o conceito de consciência coletiva e Simmel partiu da noção de “sociação” (*Vergesellschaftung*)<sup>1</sup>, por entender que ela exprimiria melhor o caráter dinâmico, transitório e inter-relacional da vida social.

Graças à relevância dos conteúdos abordados, à densidade das construções explicativas, à coerência na articulação dos argumentos e à complexidade dos procedimentos de investigação metodológica e teórica apresentados por esses autores em suas obras – no campo da sociologia, da economia política, da antropologia, da história e da teoria política – estas são mantidas até hoje como referências emblemáticas no campo das ciências sociais.

## Apontamentos sobre o Enfoque Teórico e Epistemológico da Sociologia Filosófica de Georg Simmel

Em uma primeira etapa de suas elaborações sociológicas, Simmel esforçou-se para ligar a tradição da filosofia transcendental kantiana com as concepções naturalista-darwinianas e positivistas, então muito presentes na análise das ciências sociais. Entretanto, a filosofia racional subjetivista de Kant – caracterizada por categorias universais e apriorísticas da Razão e tomadas como fundamento do conhecimento, da justiça, da moral e da liberdade – dificilmente poderia ser reconciliada com o evolucionismo sociológico e o darwinismo social que, de modo insistente, colocava em dúvida a racionalidade da ação individual, substituindo-a pela funcionalidade e pelo “inerente-estruturismo” das necessidades objetivas de desenvolvimento.<sup>2</sup>

66

O vacilar inicial de Simmel entre duas epistemologias profundamente divergentes – a transcendental-subjetivista e a naturalista-evolucionista – resultou, finalmente, na produção de uma epistemologia sociológica original, no cerne da qual a harmonia entre a racionalidade individual e a dinâmica da estrutura social não mais é pressuposta, o que, teoricamente, corresponde ao diagnóstico de permanentes problemas estruturais, contradições sócio-culturais, instabilidades institucionais e mutações de identidade individual e social no âmago da subjetividade moderna, resultando na existência de uma crise social e cultural permanente da modernidade. Ou seja, o autor concebeu sua epistemologia sociológica a partir da convicção da incongruência e da cisão entre a racionalidade da ação e a racionalidade sistêmica.

Simmel construiu uma teoria do conhecimento em que o decisivo é o processo do conhecer marcado por uma orientação inteiramente universal do espírito moderno, não determinada por nenhum conteúdo ontologicamente substancial, sendo, antes, o conteúdo algo criado e ordenado por uma atitude de mobilidade não-dogmática e autônoma do espírito. Desse modo, consuma-se uma separação entre processo e conteúdo do conhecimento, embora, esse último, caracterizado por evidências empíricas e materialidades factuais, seja visto como sendo tão imprescindível quanto o primeiro – o processo de conhecimento – para o desenvolvimento de sua sociologia filosófica, com sua peculiar atitude de questionamento e seu original padrão de conhecimento. Ou seja, o

que torna o processo do pensamento efetivamente complexo é a atitude, a orientação de profundidade, que vê seus objetos, de antemão, como incongruentes, assimétricos, ilimitados e dinâmicos.<sup>3</sup>

Para Simmel, somente uma comunidade envolvida com o conhecimento das ciências sociais, com modo de pensar ou forma de pensamento aberta e marcada por atitudes de elevada plasticidade, consegue dar unidade provisória para as investigações – por mais diferenciadas, incoerentes, heterogêneas e contraditórias que elas sejam quanto ao seu conteúdo. Isso é possível porque a atitude do espírito que perpassa o impulso filosófico-sociológico não perde sua integridade e unidade processual-dinâmica, pois se realiza tendo como forma de procedimento a separação entre processo e conteúdo, sendo o caráter do primeiro não atingido pelo conjunto das contradições, equívocidades e incongruências de seus conteúdos ou resultados.

O desenvolvimento de uma teoria da ação como abordagem sociológica geral foi desenvolvida especialmente pelos clássicos da sociologia, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Tais elaborações sociológicas compreendem uma mescla entre reflexões epistemológicas e análises sócio-teóricas. A ênfase na teoria da ação, contudo, negligenciou a ruptura que ocorreu com os princípios sócio-teóricos do século XIX, ancorados fundamentalmente sobre a idéia de progresso.

A propósito, as teorias de Saint-Simon, Comte e Spencer nutriram-se de um otimismo positivista e de uma concepção evolucionista linear quanto à noção de progresso.

Porém, na virada do século, no cerne das novas abordagens teóricas do desenvolvimento social, adquiriu expressão uma análise tendente ao pessimismo, que colocou em dúvida a solução positiva da relação entre indivíduo e sociedade, apontando para a persistência de relações de conflito e de problemas estruturais permanentes nas sociedades existentes.

Simmel, mais notadamente nos seus trabalhos sociológicos – especialmente em sua “teoria da diferenciação social” e em sua “teoria do dinheiro” –, não visualiza o desenvolvimento social da época moderna com base em uma visão otimista, embora a sua orientação teórica também não apresente uma perspectiva pessimista. O objeto de análise do autor não é nem o indivíduo e nem a sociedade. O seu interesse se focaliza sobre a interação criadora entre esses dois pólos extremos.

Para o autor, as motivações que dirigem o agir humano não conformam arbitrária e espontaneamente o conteúdo da ação humana. Das ações humanas recíprocas resultam, enquanto produto, formas sociais objetivas que comprometem, circunscrevem e mesmo constroem as ações individuais, socialmente imbricadas. Ou seja, na visão do autor, o vínculo social ocorre por intermédio da permanente conformação dos indivíduos pelas formas ou estruturas sociais, ou seja, pela sociedade, e, simultaneamente, também por uma permanente produção da sociedade pelos indivíduos.

Simmel abordou a ampliação do espaço das possibilidades da ação humana, com base no duplo conceito "individualização-objetivação", captando o caráter contraditório e ambivalente da crescente autonomização, individualização e diferenciação social moderna.

De acordo com as reflexões do autor:

Se as formas sociais (jurídicas, artísticas, habituais, etc.) constituem o produto dos seres humanos e de suas interações recíprocas, acham-se também, muitas delas, em via constante de objetivação. Esse processo de abstração lhes confere uma lógica de funcionamento autônomo que as faz parecer estranhas aos sujeitos que as geram.<sup>4</sup>

68

Portanto, se as formas sociais são elementos necessários e inexoráveis ao percurso da vida cotidiana e social, oferecendo um quadro de regularidade aos vínculos sociais, por outro lado, de forma paradoxal, as formas sociais também nutrem uma constante tendência à coisificação, ao estranhamento, à alienação e ao constrangimento das relações humanas, processo esse que está no cerne daquilo que Simmel denomina de tragédia cultural da modernidade.

## Reflexões sobre a Divisão do Trabalho, a Economia Monetária e a Tragédia da Cultura em Simmel

Simmel compreendeu o caráter, ao mesmo tempo complementar e contraditório, do desenvolvimento da divisão do trabalho e da economia monetária, de um lado, e da diferenciação social e da liberdade

crecente de agir no mundo moderno, de outro lado. Segundo Simmel, esse desdobramento representou, de modo contraditório, a afirmação da individualidade (em um quadro de relações sociais mais dinâmicas, múltiplas e rarefeitas) e a libertação da personalidade de dependências, obrigações e de constrangimentos sociais e morais (que predominavam no contexto das relações sociais pré-modernas). Mas, concomitantemente, dentro desse desenvolvimento, também ocorreu a cristalização de um processo crescente de alienação, racionalização, insensibilidade, indiferença, institucionalização, competição, monetarização e de culto do consumismo no quadro das relações sociais.<sup>5</sup>

Portanto, Simmel percebeu a inter-relação e a contradição entre a expansão dos espaços de liberdade e de autonomia de ação e, de outro lado, a disseminação de novas formas de constrangimento, impressas nas formas de complexa e disseminada dominação funcional, que passaram a se impor, com cada vez mais intensidade, sobre o homem singular, a partir da objetivação crescente das estruturas e das formações sociais modernas.

O enfoque interpretativo que é adotado por Simmel em sua cultura filosófica e em seus trabalhos sobre a sociologia da cultura – entre os quais é tematizada a tragédia da cultura em termos do processo de alienação e de tolhimento da criatividade do sujeito no contexto civilizatório moderno – apresenta essa mesma mobilidade e plasticidade.

A sociologia da cultura de Simmel procura sempre abordar o campo pendular de forças que se estabelece de forma tensa entre sujeito e objeto, mas sem abrir mão da pretensão de totalidade ou unidade, ainda que provisória. Desse modo, Simmel, a cada perspectiva adotada, habilita os mais díspares fragmentos do real, abordando os objetos em sua multi-determinação e variedade inesgotável de sentidos. Ou seja, a tarefa, que o autor se impõe a si, não termina nunca, visto que os variados “approaches” que ele se propõe a adotar, na interpretação da realidade, representam sempre o esforço de uma pluralidade de perspectivas adotadas, visando desvendar a pluralidade das possibilidades do objeto.

Para Simmel:

As coisas são, a partir de uma atitude incansável do pensamento, viradas e reviradas, postas em novas relações e novamente em outras relações como num caleidoscópio, até que mesmo no insignificante a fonte última se esgote nas elucidações mais profundas.<sup>6</sup>

O autor enfatiza o processo factual da realidade, mediado pela subjetividade, em si mesma, independente de seus resultados, sendo a própria idéia de fim, meta e objetivo, no sentido substancial, considerada inoportuna. Isso significa que a análise tem seu momento privilegiado nos diversos instantes em que, trabalhando sobre o objeto, o sujeito é capaz de explorá-lo e expô-lo na sua diversidade e nas suas múltiplas facetas e nuances, sem que isso convirja para uma apresentação acabada, conclusiva e final.

A mobilidade que o mesmo autor defende em seus trabalhos não é resultado de um apaziguamento dos contrastes que marcam a realidade. De forma distinta, o autor procura nos pólos opostos enfrentar essa realidade nas suas mais amplas discrepâncias.

O ponto final alcançável na relação entre sujeito e objeto deve ser sempre encarado como o penúltimo e não o último. Isso significa que há sempre uma nova perspectiva a ser vislumbrada, um novo caminho a ser percorrido. E a idéia de perspectiva está relacionada com os movimentos infundáveis de distanciamento-aproximação do sujeito em relação ao objeto, sendo que também a verdade está inscrita nessa constelação, ou seja, ela está ligada à relação que se estabelece, a cada momento, entre sujeito e objeto, à distância, à perspectiva. Portanto, Simmel assume a idéia de uma “unidade do movimento do pensamento”, e é isso que lhe permite desvincular-se de todos os conteúdos, para manter-se em meio aos processos vários em que os conteúdos ganham corpo.

A própria idéia de sentido é uma noção complexa para Simmel, pois há sempre uma pluralidade de sentidos – uma constelação e um complexo de sucessões; um emaranhado de interconexões e de coexistências; e, ao mesmo tempo, um entrelaçado de contradições, paradoxos, incongruências, assimetrias – que faz da interpretação uma arte. Segundo Simmel, interpretar é despertar algo que se encontra adormecido. Por isso, interpretar é sempre um ato de libertação, mas de uma libertação que ao mesmo tempo ata, delimita e compromete o sujeito.

O que vale é a necessidade e a determinação interior do espírito, é a atitude do incansável escavar, é o percurso de um caminho, e não propriamente o que se encontra como final ou como resultado.

A idéia de uma cultura filosófica exige de Simmel o delineamento de uma filosofia da cultura. A filosofia da cultura não perde de vista o mundo e a vida e por isso ela não pode ser considerada metafísica. Pensamento abstrato e pensamento concreto articulam-se, em Simmel,

em uma constelação que comporta tanto a filosofia da cultura – que é a constelação-guia do processo de interpretação –, como a análise do presente e a teoria da modernidade.

Em seu trabalho denominado *O conceito e a tragédia da cultura*<sup>7</sup>, que está inserido na elaboração intitulada “Para a filosofia da cultura”, Simmel mostra que as incontáveis tragédias na relação entre sujeito e objeto estão já postas na própria origem sempre conflituosa dessa relação:

Simmel concebe a relação do homem com a natureza, enquanto uma relação de sujeito e objeto, como uma relação conflituosa que está posta inclusive no interior do próprio espírito. O espírito produz as mais diversas formações, que passam a ter uma autonomia própria; o sujeito, com isso, passa a confrontar-se com essas formações. Nestas, o espírito converte-se em objeto.<sup>8</sup>

Portanto, a relação entre o espírito e aquilo que dele se origina e toma distância, ou seja, a relação entre o sujeito e o objeto produzido, que dele se autonomiza, é marcada por uma infinidade de tensões, e, por isso, Simmel, fala nas incontáveis tragédias que vivem nessa profunda oposição formal, oposição entre a vida subjetiva, que é incessante, mas temporalmente finita, e seus conteúdos, que, uma vez criados, apresentam um formato de maior durabilidade, regularidade e solidificação temporal.

Assim, as próprias criações culturais transformam-se em diversificadas formações espirituais externas que se autonomizam e tornam-se objetos, a ponto de constrangerem o próprio espírito. Isso ocorre com a arte e os costumes, a ciência e os objetos formados de acordo com um fim, a religião e o direito, a técnica, a política e as normas sociais.

O conceito de cultura está imbricado em meio a esse processo entre espírito e forma, em que o espírito se converte em formas independentes, as quais, no entanto, o sujeito deve abarcar em si mesmo, para que realize a própria idéia de cultura, ainda mais no contexto da modernidade. Ou seja, o processo da cultura está inserido, para Simmel, na dialética distância-aproximação entre sujeito e objeto, que marca os pólos opostos, incongruentes, inassimiláveis e inconciliáveis desse processo:

Essa dialética oscila entre a nostalgia e a antecipação de uma reconciliação. Nostalgia que remete a um passado de indiferenciação, a uma ‘unidade originária, anterior à diferenciação’ – já que o autor interpreta o processo social como um processo de diferenciação

crescente –, caracterizada, ‘por um remetimento ao passado’, por uma identidade inocente de sujeito e objeto, quando espírito e natureza não se distinguem, como, ‘mais ou menos ocorreu, por exemplo, no contexto das cosmovisões míticas e das crenças totêmicas’. Antecipação de um futuro na verdade utópico, no qual a cisão radical de sujeito e objeto possa ser superada; reconciliação que significa que a relação de espírito e natureza não se faz mais sob o signo da dominação. Nostalgia e antecipação são como uma cabeça de medusa que olha para lados opostos. Em meio a isso permanece a dialética sem conciliação que, se repousa por um momento, é para tomar fôlego e logo retomar seu movimento incessante. Por isso, as pontes de que Simmel fala são sempre provisórias, momentâneas, singulares, efêmeras [...]. O processo de cultura é essa fusão momentânea, subjetivação do que é objeto e objetivação do que é sujeito.<sup>9</sup>

72

Simmel distingue cultura e civilização, ou seja, enquanto a cultura tem em vista a síntese entre sujeito e objeto que leva a uma subjetividade enriquecida, a idéia de civilização está ligada com o que é exterior, apenas com as coisas, com as formações objetivas enquanto separadas do processo cultural, compreendendo inclusive as formações sociais e as instituições.

Portanto, o processo da cultura é, para Simmel, essa corrente de sujeitos, passando por objetos, a sujeitos, ou seja, uma teia permanente de relações. Nesse processo, os objetos têm uma função e uma posição mediadora: eles existem como objetivação do espírito subjetivo, mas são sempre meios desse espírito, porque o fim são os sujeitos.

Mas, na modernidade, a experiência histórica – na qual se concretiza a relação de sujeito e objeto – testemunha uma mudança altamente significativa nessa “corrente”. Ocorre agora que o objeto tende a sair de sua posição mediadora, ganhando uma autonomia própria e rompendo com o processo cultural, tal como Simmel o compreende.

Os objetos adquirem uma dinâmica própria e eles se isolam dos sujeitos, em um processo de autonomização cada vez mais acentuado. Desse modo, ao instaurar-se uma conexão autônoma dos objetos, impõe-se o isolamento dos mesmos em relação ao sujeito, quebrando-se as relações existentes em favor de um estado de não-relacionamento. É assim que se consuma a alienação dos objetos em relação aos sujeitos, ou seja, os

próprios objetos perdem sua posição mediadora, tornando-se o próprio fim da corrente e bloqueando o processo cultural.

Assim, a modernidade inaugura o ciclo mais profundo de transformação dos objetos-meios em fins, o que representa uma inversão instrumentalizadora da subjetividade. A análise desse processo de alienação é desenvolvida por Simmel, principalmente, em seu trabalho intitulado "A filosofia do dinheiro<sup>10</sup>," no qual ele afirma que o dinheiro é o caso fundamental e mais acabado dessa transformação em que um objeto se autonomiza e se aliena dos sujeitos, bloqueando o processo de re-subjetivação e 'intersubjetivação'. A origem dessa alienação situa-se na divisão do trabalho. Ou seja, na proporção que ela avança, desprende o produto final daqueles que contribuíram para a sua concreção e perde-se a finalidade da produção de um determinado objeto; ele aparece como uma objetividade autônoma que não tem mais nada a ver com o que eram seus fins, ou seja, agora ele próprio é um fim em si mesmo.

Entretanto, para Simmel, a tragédia da cultura<sup>11</sup> possui uma dupla dimensão. Ou seja, ela já se encontra, por um lado, na própria estrutura da cultura, junto a seu fundamento, na forma de uma fenda original que nunca se deixou e não se deixa vedar jamais. Desse modo, as sínteses históricas entre sujeito e objeto deparam-se, no final, sempre com essa fenda original trans-histórica ou mesmo a-histórica, o que representa um paradoxo e mesmo já uma tragédia. De outro lado, as sínteses entre sujeito e objeto apresentam uma "efetividade histórica" própria, tanto que o objeto assume uma "objetividade histórica". Porém, em seu desdobramento, sujeito e objeto compreendem um dualismo básico, encerrando lógicas internas distintas e não coincidentes, que conferem aos processos históricos sempre um caráter de transitoriedade.

## Mais Ponderações sobre a Filosofia do Dinheiro Moderna e a Tragédia da Cultura

O desenvolvimento da modernidade culmina em uma sociedade totalmente atravessada pela economia monetária do dinheiro. Esse processo é analisado por Simmel em seu trabalho "Filosofia do dinheiro."<sup>12</sup>

O fator estrutural mais importante da modernidade, para Simmel, é o advento da economia monetária, cuja análise é marcada por uma ambi-

güidade fundamental: o dinheiro desempenha um papel central, tanto na constituição da liberdade quanto da tragédia moderna. O autor percebe a liberdade como o resultado da “mudança de constrangimentos”, ou seja, ela não se dá num vácuo, mas num contexto de obrigações e relações.

O papel do dinheiro na constituição da liberdade especificamente moderna fica de todo evidente quando pensamos na substituição progressiva e paulatina das obrigações pessoais em espécie na sociedade feudal por contraprestações monetárias impessoais na sociedade capitalista.

A economia monetária, em conjunção com a divisão social do trabalho, permite à personalidade, libertada de constrangimentos éticos e pessoais, uma maior oportunidade de autodeterminação e desenvolvimento, posto que torna a teia de dependências sociais mais rarefeita e múltipla.

Portanto, o ponto positivamente valorizado por Simmel nesse processo é o de que o dinheiro, ao separar as esferas subjetiva e objetiva, contribui para o desenvolvimento de ambas, na medida em que permite que cada qual siga uma lógica imanente e própria. Na economia monetária, o dinheiro dispensa, por assim dizer, as formas de solidariedade tradicional, nas quais a pessoa – o indivíduo enquanto tal – estava comprometido. O poder libertário da economia monetária reside, como vimos, no fato de uma personalidade jamais estar em jogo nas transações monetárias. Essa distância é o que possibilita o desenvolvimento individual.

Por outro lado, porém, o elemento alienante do dinheiro advém do lado escuro desse mesmo fenômeno, visto que, com o afastamento e o distanciamento de tudo que é pessoal, desaparece, também, a possibilidade de expressão de qualquer qualidade específica não-econômica. O poder universalizador do dinheiro como equivalente geral é de uma uniformização unilateralmente dirigida “para baixo”, ou seja, com qualidades sendo transformadas em quantidade, sendo que, sob este ângulo de análise, o indivíduo é constrangido a alienar a sua singularidade qualitativa<sup>13</sup>.

Desse modo, como se pode observar, para Simmel, a liberdade não pode ser pensada enfaticamente como algo absoluto, visto que ela nem sequer pode ser pensada como ausência de constrangimentos, mas, apenas, como permuta de contingências. A liberdade possível é sempre uma liberdade em e de movimento. Em sua fórmula ideal, ela supõe uma mistura “bem-temperada” entre aproximação e distância em relação aos outros.

A tragédia da cultura, por sua vez, instaura-se para Simmel, não apenas com a liberação das relações monetárias, mas com a autonomização de todas as objetivações humanas econômicas, político-institucionais e culturais, ou seja, das produções culturais em sentido amplo, as quais, embora produzidas por seres humanos para servi-los, assumem, a partir da sua objetivação uma lógica independente da intenção original que as constitui.

O caráter fetichista da produção de mercadorias no capitalismo, descoberto por Marx, é para Simmel, um caso particular desse fenômeno geral. O homem, nesse contexto, passa a ser visto como mero suporte de constrangimentos que seguem a sua própria lógica.

Para Simmel, o desenvolvimento disseminado da economia monetária e o incremento da divisão do trabalho estão profundamente imbricados com a tragédia da cultura no mundo moderno. O lado trágico, com a monetarização niveladora, é encontrada por Simmel no fato de que, na realidade, apenas a cultura objetiva se torna crescentemente cultivada e rica, seja em relação à técnica, ciência ou arte, enquanto os indivíduos se tornam, paradoxalmente, cada vez mais pobres e pouco cultivados. Desse modo, a autodeterminação e a auto-realização pessoal, as quais se tornaram possíveis pelo advento da economia monetária, paradoxalmente, só se exprimem como uma mera possibilidade e virtualidade no quadro da fragmentação numérico-quantitativa imprimida pelo mercado e pela ideologia do consumo.<sup>14</sup>

Ainda para Simmel, a sociedade do Deus-dinheiro produz dois tipos de personalidades patológicas cotidianas típicas: o *cínico* e o *blasé*.<sup>15</sup> Ambas as formas são fruto da redução de todos os valores da vida à forma equivalente geral do dinheiro, mas diferem em aspectos importantes.

Para o cínico, o fundamental é a indistinção dos valores, em que o único sentido do que é altamente valorado é ser rebaixado e nivelado segundo o padrão quantitativo comum do dinheiro. O cínico, a exemplo do próprio dinheiro, não reconhece o valor ou a especificidade dos valores não-monetários, como convicção, talento, honestidade, beleza, transparência, justiça e virtude. Estes perdem a sua especificidade e são monetarizados. O cínico, portanto, manifesta uma reação, ainda que perversa, em relação à esfera dos valores, posto que se compraz e retira satisfação do movimento nivelador da mesma.<sup>16</sup>

O blasé, por sua vez, possui a sensibilidade valorativa embotada, incapaz de reação ou vontade. Para o blasé, não é decisiva a desvalori-

zação de valores que caracteriza o cínico, mas a indiferença em relação aos mesmos, comprometendo a capacidade de sentimento e vontade.<sup>17</sup>

O fato básico que une as duas figuras é a circunstância de tudo ser comprável e medido segundo critérios monetários. Se para o cínico isso é motivo de prazer, para o blasé significa a ausência da possibilidade de conferir qualquer estímulo à vida.

A indiferença blasé nasce, em parte, como produto do calculismo e da racionalização moderna dos procedimentos – cuja impositação de conduta é embotadora de emoções – e parte como produto do efeito nivelador do dinheiro. Essa circunstância acarreta perda da sensibilidade para nuances qualitativas e de singularidade e produz uma concentração no mero estímulo. Na grande cidade, essa tendência atinge proporções endêmicas. A quantidade de estímulos, conduzindo ao cansaço e ao stress dos nervos expostos constantemente a fortes apelos, produz precisamente a incapacidade de reação que caracteriza a personalidade blasé.

Nesse contexto, Simmel percebe a tendência do desejo moderno por estímulos permanentes e variados, por impressões extremas e por rápidas mudanças ritualísticas como tentativas de fuga dos desafios, sofrimentos e perigos que se impõe ao homem no mundo instrumental moderno.

## **Apontamentos sobre os Conceitos de Sociedade, Indivíduo, Sofrimento e “Sociação”, no Quadro da Sociologia da Cultura de Georg Simmel**

A burguesia na Europa conseguiu, na virada do século XIX ao século XX, cindir o comportamento econômico da problemática social, impondo a autonomia da racionalidade organizacional do processo de circulação de mercadorias em relação à questão social e política. A partir de então, o discurso dominante passou a falar em “economia e sociedade” e não mais em “economia política”. Naquele período, o poder das circunstâncias tornou-se mais forte e constrangedor para os indivíduos. A objetividade racional e a crescente complexidade sistêmica – que passou a caracterizar a organização da sociedade – tornaram a personalidade e a vida dos indivíduos mais indiferentes e apáticas.

As características de inconstância, de volatilidade, de recorrente anarquia dos mercados, de permanente destruição criativa no quadro das formações sociais capitalistas européias, passaram a ser domesticadas, de

forma enfática, a partir das décadas de 1870-80, de modo que o sistema do modo de produção capitalista, no final do séc. XIX, passou a compreender um controle gradativo da anarquia dos mercados, dos altos índices de falência e de súbito colapso dos empreendimentos capitalistas, a partir da introdução de métodos racionalizados de contabilidade, de novos modelos de divisão e gerenciamento do trabalho e de medidas estrategicamente planejadas de investimento e de articulação econômica, por intermédio de um entrelaçado de instituições de enrijecimento burocrático no plano das corporações econômicas e da esfera do Estado.<sup>18</sup>

Nesse contexto, também passou a ser posto em dúvida o conceito de sociedade como unidade das partes e da totalidade social. Assim, não foi mais possível construir unilateralmente teorias na sociologia a partir do conceito de sociedade e a partir da noção complementar de progresso, no mesmo sentido como foi feito no decorrer do século XIX. Assim, na virada daquele século, a sociologia passou a ser caracterizada como teoria da ação, de modo que até o próprio conceito de indivíduo passou a ser substituído pelo conceito de ator e depois de ator racional, até que o mero ato, como tal, tornou-se uma noção central para a formação de determinadas teorias sociológicas.

No quadro crítico de mudanças nas formas de abordagem sociológica, Georg Simmel tentou, no âmbito de sua elaboração sociológica, estabelecer uma nova definição de sociedade, como objeto da sociologia, por meio do conceito de “sociação”. O autor entendeu que a transformação da teoria social em teoria da ação não superou por completo o otimismo progressista, visto que o conceito de ação transporta de forma sub-reptícia o conceito de progresso:

Simmel descobriu isso nas suas reflexões sobre o fenômeno do pessimismo, o qual significa, para ele, carência de atividade e sofrimento real ou fictício. O agir por si mesmo só pode ser otimista, pois cada ação enérgica repousa, para não ficar sem sentido, sobre um fundamento mais ou menos otimista. O agir social, como agir racionalmente dirigido a fins, sempre contém uma porção de otimismo quanto ao futuro. Conseqüentemente, a teoria sociológica da ação – referida às ações sociais enquanto processos dirigidos a fins no tempo – só pode captar, como seu objeto, o “ato otimista”.<sup>19</sup>

Conforme Simmel, a teoria da ação, em sua estrutura, não pode entender o homem que sofre na sociedade. O pessimista retraído, se ele

não superar o seu estado de passividade e de sofrimento e não reaparecer como homem ativo no mundo, tende a ser ignorado pela teoria da ação. Simmel leva em conta o pessimismo e o sofrimento como fatos sociais. Ele considera a alienação um fenômeno social central na diferenciação social crescente e numa economia monetária avançada. O pessimismo, para o autor, é um reflexo da alienação social e mostra-se no sofrimento, enquanto um conceito oposto ao agir. O sofrimento – que pode ser oriundo de formas de discriminação, estigmatização, marginalização, opressão e exploração, ou de outros traumas humanos – é mais freqüentemente o resultado de um cálculo individual, em que todo esforço e qualquer ganho da vida não valem a pena.<sup>20</sup>

Portanto, o sofrimento pessimista, o sentir-se alienado, é inacessível à teoria da ação. O sofrimento só se torna acessível à teoria sociológica moderna, como suicídio, agressão, violência, exploração, opressão, discriminação etc. E, é avaliado por esta como “disfuncional” e perturbadora da ordem social. Com a sua estrutura teórica, a teoria da ação pode entender, talvez, a zona difusa do sofrimento social, à qual o indivíduo ainda resiste, mas não pode conceituá-la, porque não é ação. Desse modo, a sociologia liquida o conceito de indivíduo e paga o preço de não poder mais captar a alienação em toda a sua dimensão.

78

O próprio Simmel participou inicialmente de programas sociológicos que visaram dissolver a sociedade na ação. Em sua sociologia das formas sociais de integração, ele concebeu a sociedade como uma rede de ações, mas constatou que a priorização do conceito de ação em relação ao conceito de sociedade paga o preço da perda do tema da individualidade na sua plenitude. Por isso, ele retomou o problema tradicional da relação entre indivíduo e sociedade num outro nível de análise. Ou seja, ao lado de uma sociologia geral e de uma sociologia formal, ele reconhece e desenvolve uma sociologia filosófica envolvida com a tematização da relação indivíduo e sociedade, embora esta não se ligue diretamente à sua sociologia empírico-teórica geral e formal.

Desse modo, para esse autor, o problema da individualidade, em seus conceitos básicos, não se limita ao esquema de uma teoria sociológica da ação, mas envolve também a perspectiva filosófica da individualidade.

Ou seja, a teoria da cultura e o complexo conceito do indivíduo de Simmel não poderiam ser reconstruídos e entendidos meramente no bojo de uma “sociologia formal”, mesmo sendo partes essenciais de sua concepção da sociologia.

Desse modo, Simmel é um dos fundadores da sociologia moderna, em cuja teoria o problema do indivíduo, em uma sociedade cada vez mais complexa, se coloca no centro do interesse sociológico, embora ele ultrapasse as possibilidades de definição da abordagem sociológica teórico-empírica e quantitativa.

Como já foi destacado acima, Simmel definiu a sociologia como ciência das formas e dos processos de “sociação”. Seu objetivo constitutivo é, conforme o autor, o caráter de efeitos recíprocos e de relações mútuas bilaterais e multilaterais, como ele se mostra na ação social. Tendo por base essa concepção, o autor definiu a “sociedade”, tal como existente, como uma pluralidade de indivíduos que entram numa inter-relação com efeitos recíprocos, que produzem, por meio de sua ação social, uma unidade que pode distinguir-se de outras unidades sociais por meio de relações de reciprocidade específicas. No agir social, no comportamento mútuo face a face e na convivência social, constituem-se formas sociais de socialização que são, como tais, objetos de pesquisa sociológica. Essas formas de socialização repousam, em primeiro lugar, sobre ações recíprocas. Porém, quando Simmel fala sobre o agir, o agir de “um para o outro”, “um com o outro”, “um contra o outro”, ele interessa-se pelo aspecto dinâmico de ações que produzem, sustentam e também mudam, no tempo, a forma da sociedade.

As finalidades e os motivos reciprocamente relacionados dos agentes coincidem em estados que Simmel chamou “modos de comportamento”, nos quais sempre se exprime o caráter mútuo, bilateral e recíproco dos atores inter-relacionados num campo de ações e de forças.

De outro lado, no registro sociológico de Simmel, são também compreendidas todas as complexas configurações sociais, tais como o estado, o mercado, os sistemas jurídicos, os modelos econômicos e as organizações políticas, de classe, religiosas, técnicas, científicas, artísticas e morais, embora estas sejam pouco tematicamente abordadas por ele. Enfim, para o autor:

Todos aqueles grandes sistemas e organizações supra-individuais, que se tem de pensar com o conceito de sociedade, não são nada mais do que solidificações – em molduras duradouras, configurações constrangedoras e formações autônomas –, ou seja, de forças e entrelaçamentos interativos (*wechelwirkungen*) que ocorrem

entre os indivíduos a cada momento e por toda a vida. Com isso estes adquirem decerto uma existência e uma legalidade próprias, com o que elas podem se opor e se confrontar a essas vidas que se determinam mutuamente.<sup>21</sup>

Em sua “teoria da sociedade”, Simmel raciocina e argumenta, a partir e sobre as condições de ambivalência da liberdade do homem no contexto da sociedade moderna, sobre o problema do sentido da ‘sociedade’ e da existência do social em termos gerais. Daí resulta a necessidade de provar, criticamente, o sentido da sociologia empírico-analítica, de seus princípios de pensamento e de seus conceitos básicos. Por isso, Simmel desenvolveu dois conceitos concorrentes de individualidade, os quais se tornaram conhecidos como “individualidade quantitativo-sociológica” e “individualidade qualitativa”. Enquanto o conceito da primeira é desenvolvido no âmbito de uma sociologia em sentido mais estrito, o da segunda só é visado na perspectiva filosófica.<sup>22</sup>

A individualidade, chamada por Simmel, “quantitativa” forma-se no processo de “sociação”, no ponto de interseção de círculos sociais (como, por exemplo, os círculos da família, da universidade, do clube, do sindicato, de amizades, do partido, do trabalho, da cooperativa, da igreja, etc.), nos quais o indivíduo está inserido e dos quais faz parte, como ator social. A individualidade quantitativa define-se, analiticamente, pela soma de posições de força, de inserção social e de papéis sociais, que é diferente de um homem para o outro.

Na medida em que Simmel diagnostica uma diferenciação social crescente nas sociedades modernas, o indivíduo, nessas sociedades, é integrado e condicionado de forma cada vez mais intensa a círculos de ação crescentemente diversificados. Entretanto, a dinâmica de produção da individualidade na sociedade moderna é contraditória e ambivalente. O processo de diferenciação social crescente produz a individualidade de homens modernos, que é definida por meio da variedade disponível de possibilidades do agir e de sistemas existentes de ações. A individualidade e a liberdade, nesse sentido, são motivadas pela sociedade. Num segundo passo, porém, paradoxalmente, a individualidade aparece como sendo dissolvida pela socialização crescente e pelo impacto da racionalização das formações sociais complexas. Desse modo, processos de individualização tendem a se transformar, a longo prazo, em processos de nivelamento e de alienação social. As sociedades diferenciadas pela crescente

divisão social do trabalho e dos papéis sociais tendem ao nivelamento, de modo que a individualidade, nesse contexto, tende a revelar-se, conforme Simmel, como meramente quantitativa.

Para Simmel, a conexão cada vez mais variada e complexa de ações, no âmbito da modernidade, gera, no indivíduo, a impressão de um mundo complexo e sofisticado demais para ser completamente compreendido, de modo que chega a demandar inclusive a pergunta sobre o sentido da vida. Para o autor, os sistemas de fins da vida tornam-se tão complicados, as cadeias de ações e de pensamento tão longas, os interesses e os movimentos da vida tão extensos e dependentes de tantas condições, que parecem então desencadear, tanto nos impulsos obscuros das massas humanas, como na reflexão filosófica, a busca inquieta de um fim, de uma compreensão unificadora e de um significado para a vida. Nessas circunstâncias, esta pergunta tem, propriamente, motivos sociais, e por isso merece, também, um interesse sociológico.

A sociologia, no sentido estrito de uma teoria da ação, porém, só pode conceber a individualidade como produto da soma de círculos sociais e enquanto colocada no ponto de interseção deles, de maneira que essa se mostra apenas como individualidade quantitativo-sociológica. Simmel, no entanto, se pergunta sobre o resto de individualidade crítica intrínseca ao próprio Eu individual, que não pode integrar-se na estrutura da ação social e que seja capaz de contrapor-se às características alienantes da sociedade.

O problema da relação indivíduo/sociedade foi tratado, de maneira extensa e concentrada por Simmel, no seu excursão *Como é possível a sociedade*, publicado em 1908, e integrante de sua grande sociologia.<sup>23</sup>

Para Simmel, a vida é sempre mais que convivência social. Ele introduz o conceito de “experiência de vida” ou de “vivência” (Erlebnis)<sup>24</sup>, indicando a recepção de algo na experiência vivida, que pode ser uma impressão, uma lembrança, o sofrimento de uma discriminação ou estigmatização, um trauma, uma frustração, uma realização, um êxito, uma lição no sentido de um efeito interno, espiritual e imaterial.

O conceito de “vivência” é introduzido pelo autor como uma categoria oposta à ação social, porque permite captar a impressão da sociedade no sujeito. Em oposição à perspectiva da teoria da ação, resulta, agora, essa imagem: “A totalidade do conteúdo da vida, mesmo sendo perfeitamente explicável por meio de antecedentes sociais e de inter-relações recíprocas,

tem de ser vista, simultaneamente, sob a categoria da vida singular, como vivência do indivíduo e inteiramente orientada a ele.<sup>25</sup>”

Portanto, o conceito de vivência é importante para Simmel porque, no seu entendimento, ocorre uma série permanente de conflitos reais entre o homem singular e a sociedade. Assim, como isso constitui um fato social relevante, ele deve ser, como tal, objeto da sociologia filosófica.

## A Título de Conclusão

Na visão de Simmel, o vínculo social ocorre por intermédio da permanente conformação dos indivíduos pelas formas ou estruturas sociais, ou seja, pela sociedade, e, simultaneamente, também por uma permanente produção da sociedade pelos indivíduos.

Simmel abordou a ampliação do espaço das possibilidades da ação humana, com base no duplo conceito “individualização-objetivização”, captando, por um lado, a crescente liberdade de movimentos dos indivíduos e, por outro lado, o caráter contraditório, alienante e ambivalente dessa crescente autonomização, individualização e diferenciação social moderna.

De acordo com as reflexões do autor, se as formas sociais (jurídicas, artísticas, habituais, etc.) representam o produto dos seres humanos e de suas interações recíprocas, acham-se também, muitas delas, em via constante de objetivação. Esse processo de abstração lhes confere uma lógica de funcionamento autônomo, que as torna estranhas os sujeitos que as geram. Portanto, se as formas sociais são elementos inexoráveis ao percurso da vida cotidiana e social, oferecendo um quadro de regularidade aos vínculos sociais, por outro lado, de forma paradoxal, as mesmas formas sociais também nutrem uma constante tendência à coisificação, ao estranhamento, à alienação e ao constrangimento das relações humanas, processo este que está no cerne daquilo que Simmel denomina de tragédia cultural da modernidade.

A sociologia, para o autor, é a ciência que estuda as formas e os processos de socialização ou “sociação”. Essa última é a conceituação do caráter de efeitos recíprocos e de relações mútuas, bilaterais e multilaterais, que conformam a ação social, com os atores se encontrando envolvidos num campo de ações e de forças que resulta em processos de

conflito e de cooperação, tendentes a uma unidade que pode distinguir-se de outras unidades sociais por meio de relações de reciprocidade específicas. Desse modo, a sociologia de Simmel também não ignora as complexas configurações sociais tais como o estado, o mercado, os sistemas jurídicos, os modelos econômicos e as organizações políticas, de classe, religiosas, técnicas e científicas, embora essas sejam pouco tematicamente abordadas por ele.

## Notas

- <sup>1</sup> A este respeito ver: SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2006.
- <sup>2</sup> A este respeito ver: RAMMSTEDT, Otthein & DAHME, Heinz-Jürgen. A Modernidade atemporal dos clássicos da sociologia: reflexões sobre a construção de teorias em Émile Dürkheim, Ferdinand Tönnies, Max Weber e, especialmente, Georg Simmel. In: JESSÉ, Souza & ÖELZE, Berthold (Orgs.). *Simmel e a modernidade*, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2. ed. 2005. p. 187-218.
- <sup>3</sup> A este respeito ver: WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo, Edições 34, 2000.
- <sup>4</sup> A este respeito ver: LALLEMENT, Michel. *História das idéias sociológicas (Das origens a Max Weber)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.174.
- <sup>5</sup> A este respeito ver: SIMMEL, Georg. A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva (1900). In: SOUZA, Jessé & ÖELZE, Berthold (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. p. 41-76.
- <sup>6</sup> A este respeito ver: LEWINSOHN, R., apud WAIZBORT, Leopoldo, Op. cit., p.26.
- <sup>7</sup> A este respeito ver: SIMMEL, Georg. O conceito e a tragédia da cultura. In: SOUZA, Jessé & ÖELZE, Berthold (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília. 2. ed. Editora Universidade de Brasília, 2005. p77-105.
- <sup>8</sup> Cf. WAIZBORT, Leopoldo, Op. cit, p.116.
- <sup>9</sup> Cf. WAIZBORT, Leopoldo, Op. cit., p.119.
- <sup>10</sup> A este respeito ver: SIMMEL, Georg. O dinheiro na cultura moderna (1896). In: SOUZA, Jessé & ÖELZE, Berthold (orgs.) *Simmel e a modernidade*. Brasília. 2. ed. Editora Universidade de Brasília, 2005. p.23-40.

- 11 A este respeito ver: SIMMEL, Georg. O conceito e a tragédia da cultura. In: SOUZA, Jessé & ÖELZE, Berthold (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. Brasília. 2. ed. Editora Universidade de Brasília, 2005. p77-105.
- 12 Cf. SIMMEL, Georg. *Philosophie des Geldes*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1900.
- 13 A este respeito ver: SOUZA, Jessé. A crítica do mundo moderno em Georg Simmel (Introdução). In: SOUZA, Jessé & Öelze (Orgs.). op. cit., p. 9-20.
- 14 A este respeito ver: SIMMEL, Georg. O Conceito e a tragédia da cultura. In: SOUZA, Jessé & Öelze (Orgs.). Op. cit. p. 77-105.
- 15 Cf. SOUZA, Jessé. A crítica do mundo moderno em Georg Simmel (Introdução). In: SOUZA, Jessé & Öelze (Orgs.). Op. cit. p.9-20.
- 16 Idem, p.14-15.
- 17 Idem, ibidem.
- 18 A este respeito ver: SENNETT, Richard. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- 19 A este respeito ver: RAMMSTEDT, Otthein & DAHME, Heinz-Jürgen . A Modernidade atemporal dos clássicos da sociologia: reflexões sobre a construção de teorias em Émile Dürkheim, Ferdinand Tönnies, Max Weber e, especialmente, Georg Simmel. In: JESSÉ, Souza & ÖELZE, Berthold (Orgs.). *Simmel e a modernidade*. 2. ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2005. p.206.
- 20 Idem.
- 21 Cf. SIMMEL, Georg apud WAIZBORT, Leopoldo, op. cit.; ver nota de pé de página nº4, p.117.
- 22 A este respeito ver: RAMMSTEDT, Otthein & DAHME, Heinz-Jürgen, op. cit., pp. 187-218.
- 23 Cf. SIMMEL, Georg. "*Untersuchung über die Formen der Vergesellschaftung*". 5. ed. Soziologie. Leipzig, Dunker & Humblot 1908.
- 24 A este respeito ver: RAMMSTEDT, Otthein & DAHME, Heinz-Jürgen, op. cit., p.211.
- 25 Cf. SIMMEL, Georg (1908, p.28), apud RAMMSTEDT, O. & DAHME, H.J., Op. cit., p.213.

Enviado para publicação: 04. 07. 2007

Aceito para publicação: 10. 09. 2007